

Luta Antimanicomial, interseccionalidade e feminismos

Marília Martins de Araújo Reis¹

Resumo

Trata-se da Resenha Crítica do livro *Luta Antimanicomial e Feminismos: dimensões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira* (PEREIRA e PASSOS, 2017), que aborda de modo interseccional, a temática da Luta Antimanicomial e Feminismos, relacionando-os com os marcadores de gênero, raça e classe, com sensibilidade e cientificidade pelas autoras, que se expressam no sentido de romper com as imposições do patriarcado, do sexismo, do racismo e da lgbtfobia. Na Resenha, dialoga-se com diferentes autores e com a musicalidade feminista contemporânea no Brasil, afirmativa da autonomia das mulheres, apontando para reflexões que levam à conclusão de que, enquanto houver capitalismo, haverá sexismo e racismo. Ressalta-se também a importância das militâncias feminista, dos direitos humanos e da Luta Antimanicomial, como fortes aliadas nas resistências diante da dominação, violações e retrocessos à Democracia.

Palavras-Chave: Feminismos; Interseccionalidade; Luta antimanicomial; Musicalidade feminista; Racismo.

PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. 214 p.

Como em uma “colcha de retalhos” bem escolhidos em seus diferentes “tecidos e tons”, um *Pathwork* de saberes e existências diversas, uma composição melódica conduzida na soma da vida real e das fundamentações teóricas, o livro tematizado por *Luta Antimanicomial e Feminismos: dimensões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*, alinha-se na partitura por habilidosas mãos das organizadoras Melissa de Oliveira Pereira e Rachel Gouveia Passos. As autoras desenvolvem a temática da Luta Antimanicomial e Feminismos, relacionando-os com maestria aos marcadores de gênero, raça e classe, através de dez capítulos e uma entrevista, escritos por mulheres, estudantes, professoras, pesquisadoras que, com sensibilidade e cientificidade, “expressam a garra e a coragem para romper com os grilhões do patriarcado, do sexismo, do racismo e da lgbtfobia” (PEREIRA e PASSOS, 2017, p.14).

As instituições que atuam a favor de violências, tem em si o desejo de exclusão do que incomoda, desconhece e teme o ser humano. Em outras palavras, Franco Basaglia (2005) expressa que instituições, a exemplo dos manicômios, são *locus* de expressão do domínio da hegemonia medicocentrada”, medicamentosa e restritiva da liberdade. Controlam e

¹ Doutoranda e Mestra em Estado e Sociedade pelo Programa de Pós – Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde (ENSP/FIOCRUZ); Professora e psicóloga na Universidade Estadual da Bahia; Eunápolis; Bahia; Brasil; E-mail: mariliaamarilis@hotmail.com

comprimem as pessoas que não correspondem ao padrão desejável e produtivo aos ideais capitalistas. Pereira e Passos (2017) destacam, nas palavras de Engels, ao abordar sobre a origem da família e da propriedade privada, que a opressão do sexo feminino pelo masculino corresponde à primeira opressão de classe. Os Feminismos surgem em luta contra estas opressões, atestando através de estatísticas que corroboram para afirmar que questões de raça são relevantes, uma vez que mulheres negras tem menos privilégios, em relação a mulheres brancas, e que fazem parte do ciclo de violências que articulam raça, gênero e classe.

As autoras passeiam, ancoradas pela Luta Antimanicomial e Feminismos, utilizando o conceito de Interseccionalidade, sob a ótica de Kimberlé W. Crenshaw (1991), através do qual se mostra a dinâmica perversa que se aplica sob múltiplas formas de produção da desigualdade, observando-se o padrão de interações entre gênero, raça e classe em diferentes experiências situadas. Ao abordarem a mulher e a loucura, ressaltam que as mulheres negras estiveram nas posições subalternas de mão de obra nos manicômios, como serviçais, na tradicional função de cuidadoras, ou aglomeradas nos hospitais psiquiátricos, com o predomínio de mulheres pobres e negras. Irônica e curiosamente arrisca-se citar Reis (2003), ao descrever os tempos da escravatura no Brasil, em que a “loucura” também foi utilizada como pretexto para não se submeterem a determinados trabalhos impostos: “A loucura parecia uma nova ‘ocupação’ espertamente encontrada por ele para terminar seus dias: o escravo fazia o homem branco de bobo fingindo-se de idiota ele próprio. “Enquanto fazia uso da sua razão servia a seo senhor e perdendo-a a mais de anno, apenas serve para ser por elle alimentado” (REIS, 2003, p. 212). Porém, isto não correspondia à maioria oprimida naquele contexto, que reflete até hoje como sobrepeso para mulheres negras.

Os textos também abordam a normalização, naturalização e justificativa de certas desordens mentais como de ordem biológica, tipicamente femininas, apoiadas por diversos saberes médicos, dos quais recentemente, a endocrinologia. Emergem questionamentos aos manuais diagnósticos para transtornos mentais, uma vez que demonstram ignorar a diversidade da cultura, trazidos por uma medicina branca ocidental e androcêntrica. Deste modo, podem equivocar-se, associando comportamentos emancipatórios das mulheres, como “loucura”, exemplificando o machismo estrutural, referenciado pela cultura. Tais fatos trazem à memória o protesto musical da cantora brasileira Rita Lee, nos versos da canção intitulada *Luz del Fuego*, ao expressarem uma nova representação feminina emancipada, que inclui a liberdade de expressão, ainda que vista como “louca”: “Eu hoje represento a loucura, mais o que você quiser, tudo que você vê sair da boca, de uma grande mulher, porém louca!” (LEE, 1975, n.p.).

Neste mesmo sentido, os capítulos denotam uma ampla vulnerabilidade feminina ao sofrimento psíquico e adoecimento mental, por ser mulher, e ainda maior quando negra e menos favorecida economicamente. Como visto, são mencionados estereótipos relacionados a comportamentos femininos, associados a transtornos mentais, o que ocorre semelhantemente ao próprio pressuposto de “instinto materno”, naturalizando a capacidade de cuidar às mulheres, sendo estas na verdade, construções culturais, trazidas por uma masculinidade hegemônica que afirma a inferioridade da mulher ao postular que, ser homem é “não ser uma mulherzinha”. Estas questões apontam para a necessidade de uma Ciência mais crítica e menos misógina sobre certas formulações consensuadas como científicas.

Os escritos atestam, de fato, que o racismo dirigido às mulheres, reflete a continuidade da dominação colonial, onde negras e pobres vivem na ausência de certos privilégios, e sua experiência do Vivido leva à produção do sofrimento psíquico, além da associação do que é preto, a coisas ruins. Ilustrativamente, dialoga-se aqui com o estudo de Joseph Handerson e Rose-Myrlie Joseph (2015), ao relatarem sobre as mulheres negras haitianas, que ocupavam posições favorecidas socioeconomicamente em seu país, mas que ao migrarem para a França, encontram-se em situação de decadência ao terem que ocupar serviços domésticos, com salários precarizados, considerados “trabalhos sujos” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 13), subalternos, em vista da discriminação racial que sofrem nesta localidade, gerando-lhes constrangimentos, sentimentos depressivos e de revolta. Esta situação ancora-se às dimensões de classe, raça e gênero, evocando o sistema neocolonial que marca as relações nesta experiência, a qual se iguala à proliferação de mulheres negras brasileiras e de outros países nos serviços domésticos. Sendo assim, observa-se ainda na atualidade que, como em época escravista no Brasil, referida por Reis (2003), “o racismo e a intolerância étnico-cultural desempenhavam um papel importante na definição de quem devia obedecer e quem dar ordens” (REIS, 2003, p. 21). É neste âmbito que estas concepções de períodos coloniais, refletem na constituição das subjetividades femininas negras, marcadas por traumas que não vêm somente do contexto familiar, mas da histórica convivência com a violência, seja física, ou psicológica. A música *Mulheres Negras*, de Yzalú, cantora negra brasileira, demonstra a revolta e a possibilidade de fortalecimento destas identidades forjadas na dor e no sofrimento interseccional:

A dor metabolizada fortificava o caráter, a colônia produziu muito mais que cativos, fez heroínas [...]. Não fomos vencidas pela anulação social. Sobrevivemos [...]. O sistema pode até me transformar em empregada, mas não pode me fazer raciocinar como criada. [...] As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo (YZALÚ, 2017, n.p.) (grifos nossos).

Estes corpos violentados e explorados datam desde a escravidão até os tempos atuais e são relatados por Maria Aparecida de O. Lopes e Juliana B. Farias (2020), sobre os quais o racismo e o sexismo trabalham juntos em favor de perpetuar a representação do corpo da mulher negra - “corpo sem mente” - que existe para servir, seja no trabalho ou sexualmente, agravado pelas “visões estrangeiras sexualizadas sobre o corpo da mulher negra brasileira” (LOPES e FARIAS, 2020, p. 25). Estas ideias remetem à tentativa de apropriação, de autonomia e da afirmação de identidade das mulheres sobre seus corpos, ilustrada na música *Um corpo no mundo*, da cantora Luedji Luna, que diz: “sou um corpo, um ser, um corpo só, tem cor, tem corte, e a história do meu lugar, eu sou a minha própria embarcação, sou minha própria sorte” (LUNA, 2017, n.p.). Igualmente, a arte musical de teor feminista, produzida pela cantora Pitty, na música *Desconstruindo Amélia*, traz as seguintes rimas, que se alinham aos textos, entoando o empoderamento feminino: “E eis que de repente ela resolve então mudar, vira a mesa, assume o jogo. Faz questão de se cuidar (Uhu!), nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro. Hoje ela é um também” (PITTY, 2009, n.p.).

Neste sentido, a Luta Antimanicomial (LA) que guia as construções do livro, representa também a resistência aos modos de cuidado em que o controle de corpos e de mentes femininas se faz presente, ao serem aprisionadas e tratadas como histéricas, em muitos casos, por suas condutas desviarem-se do modelo patriarcal. Dialogando com outros trabalhos, cita-se Daniela Arbex e Armando Mendz (2016), que ilustram com realismo no livro e documentário denominados *Holocausto Brasileiro*, mulheres pretas jovens internadas e mantidas presas por longos períodos de tempo no Hospital psiquiátrico Colônia (MG), pelo simples fato de haverem engravidado de seus patrões. Esta luta é protagonizada também por mulheres profissionais, usuárias, familiares negras, invisibilizadas na esfera da Saúde Mental. Além de experiências semelhantes, o controle sobre os corpos femininos aparece nos textos que abordam serviços de caráter manicomial, cerceadores do tratamento em liberdade, denominados *Comunidades Terapêuticas*, destinadas ao cuidado de pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas, em sua maioria de base religiosa e moral cristã católica ou protestante, idealizando o feminino de modo conservador e discriminatório em relação a outras religiões, impondo seus hábitos corporais (vestes) e comportamentais.

As autoras demonstram que a Reforma Psiquiátrica derruba os muros manicomiais e propõe desconstruções que, quando aliadas aos Feminismos, perpassam também uma luta política pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos construtores de suas condições sociais. O silenciamento de “mulheres subalternas”, a exemplo de usuárias de crack na

Cracolândia, em condições de rua, é trazido como consequência das influentes opressões, construções ideológicas sobre estas mulheres, censurando-as enquanto sujeitas políticas coletivas, consideradas como “loucas”. Convergingo, atestam-se neste contexto de invisibilidade, como mulheres não enquadradas para cuidar dos filhos e da casa, longe dos padrões estabelecidos e, portanto, sem utilidade. É abordada então, a possibilidade de que tais mulheres possuam condições de encontrar soluções viáveis para seus problemas cotidianos, apesar de suas limitações, supondo-se terem alguma potência organizativa. Sugere-se que subestimar a mulher em condições vulneráveis, as vulnerabiliza ainda mais, valendo reflexões sobre a concepção de produtividade imposta pelo sistema capitalista vigente. Neste âmbito, as relações desiguais de poder também foram delineadas no livro, e permeiam a história em diversos âmbitos, incluindo a “generificação” das relações e a composição de determinantes sociais, processo este que necessita ser discutido com as mulheres nos serviços de Saúde Mental. No livro mostra-se que ninguém está livre de reproduzir as opressões de gênero e raça, seja sobre a mulher negra, ou sobre as pessoas LGBTQI. Alerta-se para que profissionais de Saúde Mental estejam atentos para não afirmarem estas opressões dentro dos serviços, mas criarem espaços de cuidado, de fortalecimento da identidade feminina e enfrentamento das opressões patriarcais e racistas, em vista do corpo feminino já ser sujeito a padrões de violências masculinas que geram a patologização de mulheres, quando as mesmas não correspondem ao esperado.

Diante do sofrimento impresso pelas violências, muitas mulheres encontram nas drogas a fuga para aliviar as dores emocionais. Este sofrimento adentra suas vidas em diferentes faixas etárias e como visto, em diversas instituições privativas da liberdade, a título das instituições penais para menores. Nas narrativas trazidas nos textos, adolescentes institucionalizadas utilizam-se de estratégias que as levam ao tratamento medicamentoso para “fugir da realidade”, uma vez que a institucionalização lhes proporciona angústia e sofrimento pela privação. Ainda que haja suporte psicológico, as consequências da privação demonstram não ser contornáveis apenas por este recurso, levando as jovens ao “ilusório conforto” medicamentoso, o que pode instituir novas dependências.

A regulação cotidiana dos seus comportamentos nestes lugares, exposta pelas autoras, gera irritação, agressividade, dentre outros sentimentos hostis, onde diagnósticos médicos e psicológicos apresentam estreita relação entre o ato infracional e o transtorno mental. O modelo psiquiátrico ali presente cumpre também, uma função punitiva, onde a medicalização tem o sentido de controlar os corpos, bem como o saber médico tradicional, dirige as identidades de gênero, docilizando e domando corpos “rebeldes”. A música já entoada de

Yzalú, traz outros versos que reportam a diferença da luta de mulheres negras e mulheres brancas, incluindo-se aqui sugestivamente, aquelas que são vitimizadas pela institucionalização:

Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo, as negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo. *Lutam pra reverter o processo de aniquilação, que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão.* Não existe Lei Maria da Penha que nos proteja (YZALÚ, 2017, n. p.) (grifos nossos).

Supõe-se ser necessário repensar estas instituições totais e a forma que acolhem o sofrimento destas mulheres, uma vez que necessitam da abolição dos traços manicomial, procurando incluir práticas socioeducativas antimanicomial e antirracistas, afim de interromper este ciclo de aniquilações.

Outro ponto importante refere-se à Luta Antimanicomial ser proposta no livro enquanto recurso de quebra do ciclo de violências de gênero e raça que atravessam o sistema prisional, que retroalimenta e sustenta os estereótipos produzidos pelo próprio sistema. Ao cruzar-se gênero, raça e crime, observa-se os manicômios judiciários como potencializadores das vulnerabilidades femininas, uma vez que fazem parte deste ciclo. A formalização legal de um sistema antimanicomial não garante um funcionamento antimanicomial, além do que, os recursos jurídicos tradicionais não respondem de modo a emancipar mulheres loucas encarceradas, em medida de segurança nos manicômios judiciários. Diante deste desafio, tem-se um sistema de justiça “cego”, que as invisibiliza, tornando-as as “invisíveis dentre as invisíveis” (MAGNO, 2017, p. 198). A autora propõe a ação de lutas emancipatórias que estabeleçam um sistema de justiça que proporcione dignidade a estas mulheres. Em suma, o encarceramento de mulheres jovens e adultas não lhes proporciona emancipação, mas punição e invisibilidade de suas subjetividades enquanto mulheres e sujeitas de direitos, mantendo um sistema vicioso e gerador de estereótipos prejudiciais, principalmente às mulheres pretas, pobres e com transtornos mentais.

Por fim, a entrevista final, realizada com uma mulher, usuária dos serviços de Saúde Mental, liderança de associação e militante da Luta Antimanicomial, aponta o envolvimento destas mulheres com movimentos sociais como uma forma de emancipação e empoderamento cidadão. Seguindo a trajetória de vida da entrevistada, a narrativa apresenta alguns estereótipos culturais gendrados, como a maior sensibilidade da mulher em relação ao homem, denotando o sofrimento feminino nas relações afetivas, desencadeadoras de condições vulneráveis ao adoecimento mental. Ressalta-se, porém, seu sofrimento devido às sobrecargas de trabalho que ocasionam estresse. O papel terapêutico que o engajamento em

movimentos sociais como a Luta Antimanicomial representa para o processo de fortalecimento da identidade e autoestima feminina, também é destacado, experimentando a sororidade nos grupos, culminando no final da entrevista a inspiradora exclamação “Mulheres fortes e valentes!” (PEREIRA e PASSOS, 2017, p. 213).

Assim sendo, como em uma composição musical inovadora, diante dos escassos estudos na temática, o livro harmonizou teoria às práticas e vivências reportadas pelas autoras, ora como em uma melodia entristecida pela áspera tessitura do sofrimento interseccional da mulher negra, ora semelhante a um canto de guerra encorajador, onde os textos denotam a afirmação de identidades pelo engajamento nas forças do feminismo, produzem emancipação e possibilidades de ser mulher preta, na luta pela garantia de direitos. Ao conduzir as escritas pelo viés da Luta Antimanicomial e dos Feminismos, com destaque à tríade gênero, raça e classe, foi possível então, apontar para diversas reflexões que levaram à conclusão de que, enquanto houver capitalismo, haverá sexismo e racismo. Sugere-se que cabe aos profissionais, de Saúde Mental, usuários, familiares e comunidades, o engajamento com movimentos sociais da Luta Antimanicomial e de direitos humanos, que promovam a resistência diante de retrocessos e a persistência frente a violações que ameaçam os direitos das mulheres de todas as raças e ao cuidado em liberdade.

Referências

ARBEX, Daniela; MENDZ, Armando. *O Holocausto Brasileiro - Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. Documentário. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eAjshaa-do>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. W. (1991). Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, 1º Semestre 2002. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

HANDERSON, Joseph; JOSEPH, Rose-Myrlie. As relações de gênero, de classe e raça: as mulheres haitianas na França e no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. V.9 N.2, 2015. ISSN 1984-1639. Disponível em: https://www.academia.edu/20046641/AS_RELACULT_C3%87%95ES_DE_GANER_O_DE_CLASSE_E_DE_RA_MULHERES_MIGRANTES_HAITIANAS_NA_F_RAN_E_NO_BRASIL. Acesso em: 30 abr. 2021.

LEE, Rita. *Luz del Fuego*. 1975. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rita-lee/165376/>
Acesso em: 9 mai. 2021.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira; FARIAS, Juliana Barreto. Nize Isabel de Moraes: Memórias de uma historiadora senega-brasileira. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*. De 01 a 11 de dezembro de 2020 (on line). Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/mr-11/mr28>. Acesso em: 18 mai. 2021.

LUNA, Luedji. *Um corpo no mundo*. 2017. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luedji-luna/um-corpo-no-mundo/> Acesso em: 9 mai. 2021.

MAGNO, Patrícia Carlos. Mulheres, medidas de segurança e a cegueira do sistema de justiça: o papel das Defensorias Públicas. In: PEREIRA, Melissa de O.; PASSOS, Raquel G. (Org.). *Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 185-207.

PEREIRA, Melissa de O.; PASSOS, Raquel G. (Org.). *Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PITTY. *Desconstruindo Amélia*, 2009. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/?q=DESCONSTRUINDO%20am%C3%89LIA#gsc.tab=0&gsc.q=DESCONSTRUINDO%20am%C3%89LIA>. Acesso em: 9 mai. 2021.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

YZALÚ. *Mulheres Negras*. 2012. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/yzalu/mulheres-negras/> Acesso em: 9 mai. 2021.

Lucha antimanicomial, interseccionalidad y feminismos

Resumen

Esta es la Reseña Crítica del libro *Lucha Antimanicomial y Feminismos: dimensiones de género, raza y clase para la Reforma Psiquiátrica brasileña* (PEREIRA e PASSOS, 2017), que aborda, de forma interseccional, el tema de la Lucha Antimanicomial y los Feminismos, relacionándolos con los marcadores de género, raza y clase, con sensibilidad y científicidad por parte de las autoras, que se expresan para romper con las imposiciones del patriarcado, sexismo, racismo y lgbtobia. La Resenha, dialoga con diferentes autores y con la musicalidad feminista contemporánea en Brasil, afirmativa de la autonomía de las mujeres, apuntando a reflexiones que llevan a la conclusión de que, mientras hay capitalismo, hay sexismo y racismo. También destaca la importancia de la militancia feminista, los derechos humanos y la lucha antimanicomial como fuertes aliados en la resistencia contra la dominación, las violaciones y los retrocesos de la democracia.

Palabras claves: Feminismos; Interseccionalidad; Lucha antimanicomial; Musicalidad feminista; Racismo.

Lutte anti-manicomiale, intersectionnalité et féminismes

Résumé

Il s'agit de la Revue critique du livre *Lutte anti-manicomiale et Féminismes : dimensions de genre, de race et de classe pour la Réforme Psychiatrique brésilienne* (PEREIRA & PASSOS, 2017), qui aborde, de manière intersectionnelle, le thème de la Lutte Antimanicomial et des Féminismes, en les rapportant aux marqueurs de genre, de race et de classe, avec la sensibilité et la scientificité des auteurs, qui s'expriment pour rompre avec les impositions du patriarcat, du sexisme, du racisme et de lgbtphobie. La revue dialogue avec différents auteurs et avec la musicalité féministe contemporaine au Brésil, affirmant l'autonomie des femmes, en pointant des réflexions qui mènent à la conclusion que, tant qu'il y aura du capitalisme, il y aura du sexisme et du racisme. Il souligne également l'importance du militantisme féministe, des droits de l'homme et de la lutte antimaniaque en tant qu'alliés solides dans la résistance contre la domination, les violations et les revers de la démocratie.

Mots-clés: Féminismes; Intersectionnalité; Lutte anti-manicomiale; Musicalité féministe; Racisme.

Anti-manicomial struggle, intersectionality and feminisms

Abstract

This is the Critical Review of the book *Anti-manicomial Struggle and Feminisms: gender, race and class dimensions for the brazilian Psychiatric Reform* (PEREIRA & PASSOS, 2017), which addresses in an intersectional way, the theme of the Anti-manicomial Struggle and Feminisms, relating them to the markers of gender, race and class, with sensitivity and scientificity by the authors, who express themselves in order to break with the impositions of patriarchy, sexism, racism and lgbtobia. The Review dialogues with different authors and with the contemporary feminist musicality in Brazil, which affirms the autonomy of women, pointing to reflections that lead to the conclusion that, as long as there is capitalism, there will be sexism and racism. It also emphasizes the importance of feminist militancy, human rights and the Anti-Homeless Struggle as strong allies in the resistance against domination, violations and setbacks to democracy.

Keywords: Feminisms; Intersectionality; Anti-manicomial struggle; Feminist musicality; Racism.